

Associação vê o preconceito em brincadeira

"Essa 'brincadeira' ensina a somar preconceitos, multiplicar ignorância, dividir seres humanos que devem respeitar-se e subtrair da consciência de seus alunos seus direitos de equidade", afirmou ontem a advogada Margareth Zanardini, presidente eleita da Associação das Mulheres de Carreiras Jurídicas, ao comentar a denúncia de familiares de alunas do curso Decisivo, indignados com a inclusão na apostila de matemática de um tal "Manual do Machao".

Nesse manual é afirmado que: "A mulher tem o direito de chorar o quanto quiser ao descobrir infidelidade do marido. A mulher tem o direito de sonhar com um marido fiel e obediente desde que não tenha pretensão de transformar em realidade. Pela preservação da mulher em seu habitat natural - na cama e na cozinha...". Segundo a advogada além do que está escrito nas apostilas os professores dessa escola têm o costume de afirmar em sala de aula para "so os meninos raciocinar porque as meninas não poderiam fazer isso".

Em ofício encaminhado ainda na quinta-feira ao Colégio Margareth solicitou que todas as apostilas fossem tiradas de circulação porque considera inadmissível um comportamento desse mesmo em forma de "piada". "Nesses comportamentos está embutida uma propaganda subliminar que impede o desenvolvimento dessas jovens", frisou. Além disso, discriminação é crime previsto na Constituição Federal e no próprio Código do Consumidor.

Logo após o encaminhamento da moção de repúdio, a presidente da Associação de Mulheres de Carreiras Jurídicas recebeu a visita do professor Jacu Ventura do Decisivo que garantiu que as apostilas já estão sendo retiradas de circulação. Além disso, explicou que estão sendo pedidas desculpas e que jamais imaginou que a brincadeira fosse ganhar esses contornos. O caso já havia sido denunciado ao deputado Florisvaldo Hier (PF) que pretendia encaminhar um processo à Procuradoria Geral da Justiça. Na ocasião, o próprio Ventura intercedeu assegurando que a situação estava sendo solucionada.

Nesse período o caso foi encaminhado à associação que é filiada à Federação Internacional de Carreiras Jurídicas que é filiada à ONU e à OIT e luta em vários países do mundo para assegurar o direito de igualdade das mulheres. "Não podemos mais aceitar hoje qualquer forma de discriminação", assinalou a advogada.